

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

2026

ANEXO I

METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas - EXCETO RPPS

Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas - EXCETO RPPS										
Código até 2022		Código a partir de 2023	CONTAS	ARRECADADA 2022	ARRECADADA 2023	ARRECADADA 2024	REESTIMADO 2025	PROJETADO 2026	PROJETADO 2027	PROJETADO 2028
			CONSOLIDADAS ANUAIS							
			Receitas Correntes							
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				45.005.445,49	48.738.493,00	52.548.886,19	58.339.648,63	66.900.455,42	64.996.430,72	69.406.199,95
IRRF s/ Rend. Trabalho - Principal - Ativos/Inativos ou Poder Executivo/Individuais				3.413.804,57	3.689.604,56	4.027.068,91	6.512.975,69	5.837.908,88	6.558.353,54	7.368.161,54
IRRF s/ Rend. Trabalho - Principal - Ativos/Inativos ou Poder Legislativo				238.273,33	733.734,39	786.196,51	1.090.102,75	1.074.541,85	1.207.148,91	1.356.204,44
Demais Impostos										
Taxas				3.054.902,11	2.784.957,02	3.018.609,75	5.156.826,99	4.492.023,57	5.046.375,22	5.669.488,17
Contribuição de Melhoria				118.640,80	149.805,04	220.338,68	264.715,55	260.692,62	292.864,17	329.326,26
Contribuições				1.988,33	21.108,11	1.923,97	1.530,40	10.650,84	11.965,24	13.442,67
Contribuições Sociais				2.538.945,62	-	-	-	-	-	-
Contribuição para os Fundos de Assistência Médica				2.538.945,62	-	-	-	-	-	-
Outras Contribuições Sociais										
Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios				2.538.945,62						
Contribuições Econômicas										
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública										
Receita Patrimonial				2.233.491,94	1.119.729,11	788.803,95	625.760,21	1.003.616,37	1.064.636,24	1.129.366,12
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				5.668,10						
Valores Mobiliários				1.860.040,64	1.107.264,29	407.077,30	625.760,21	849.080,29	900.704,38	955.467,20
Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal				231.760,89	223.341,73	212.076,61	225.141,49	258.710,62	274.440,23	291.126,19
Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal				747.541,42	883.922,56	195.000,69	400.618,72	590.369,67	626.264,15	664.341,01
Juros de Títulos de Renda										
Dividendos										
Outros Valores Mobiliários				880.738,33						
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença										
Cessão de Direitos				367.783,20						
Demais Receitas Patrimoniais					12.404,82	381.726,65	154.656,07	163.331,87	173.808,92	
Receita Agropecuária										
Receita Industrial										
Receita de Serviços				88.867,78	26.419,49	19.177,55	12.397,33	23.025,84	24.425,81	25.910,90
Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/ Repasse para				36.541.192,98	43.543.692,79	47.236.427,98	50.437.853,16	53.426.724,37	56.715.467,97	60.221.872,33
Programas de Desenv. Econômico				23.032.053,21	26.064.495,69	27.628.360,82	28.631.639,62	30.069.546,35	31.519.446,50	33.048.206,28
Demais Serviços				10.278.814,07	13.233.017,80	15.013.277,95	16.241.602,00	17.430.970,94	18.542.137,24	19.716.208,59
Transferências Correntes										
Transferências da União e de suas Entidades										
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal				563.764,97	581.708,91	673.935,33	721.517,00	773.416,34	822.722,24	874.949,38
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro				624.110,69	720.231,59	632.894,03	1.328.793,02	1.040.013,00	1.106.310,36	1.176.539,93
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural				169.054,35	209.193,67	751.394,73	212.156,87	460.311,71	489.656,04	520.738,78
Transferência de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais				9.413.883,14	8.874.608,93	7.303.304,34	7.814.727,56	7.020.000,00	7.080.000,00	7.140.000,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo				1.169.336,50	1.529.704,19	1.786.244,77	1.844.663,47	1.974.967,19	2.053.965,88	2.136.124,52
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS				88.389,03	171.042,45	229.079,46	116.740,46	199.629,20	207.614,37	215.918,94
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE				475.822,55	575.996,53	584.660,60	770.287,87	737.776,02	767.287,06	797.978,54
Transferência de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB										

Valores em R\$ 1,00

7.0.0.0.0.0.0.00.00	7.0.0.0.0.0.0	Recitas Correntes Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
	7.0.0.0.0.0.0	Recitas Correntes Intraorçamentárias - Primárias							-
	7.0.0.0.0.0.0	Recitas Correntes Intraorçamentárias - Financeiras / Não Primárias							-
8.0.0.0.0.0.0.00.00	8.0.0.0.0.0.0	Recitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
	8.0.0.0.0.0.0	Recitas de Capital Intraorçamentárias - Primárias							-
	8.0.0.0.0.0.0	Recitas de Capital Intraorçamentárias - Financeiras / Não Primárias							-
6.2.1.3.0.0.0.00.00	6.2.1.3.0.0.0	(R) Deduções da Receita - Digitar com sinal negativo	-3.660.257,28	-4.780.646,78	-5.621.380,19	-6.091.586,99	-6.519.331,77	-7.010.416,15	-7.536.953,48
6.2.1.3.0.0.0.00.00	6.2.1.3.0.0.0	Deduções da Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (digitar com sinal negativo)							-
6.2.1.3.1.01.00.00.00	6.2.1.3.1.01.00	Deduções para o FUNDEB	-3.660.257,28	-4.780.646,78	-5.621.380,19	-6.091.586,99	-6.519.331,77	-7.010.416,15	-7.536.953,48
6.2.1.3.0.0.0.00.00	6.2.1.3.0.0.0	Demais Deduções da Receita Corrente (digitar com sinal negativo)							-
6.2.1.3.0.0.0.00.00	6.2.1.3.0.0.0	Deduções da Receita do Capital (digitar com sinal negativo)							-
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS			45.464.061,95	45.484.450,22	47.603.557,00	52.248.061,64	55.263.792,28	58.915.794,38	62.848.740,85

Município de: São José dos Ausentes

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas específicas do RPPS

Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas específicas do RPPS											
Código até 2022		Código a partir de 2023	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS		ARRECADADA 2022	ARRECADADA 2023	ARRECADADA 2024	REESTIMADO 2025	PROJETADO 2026	PROJETADO 2027	PROJETADO 2028

Valores em R\$ 1,00

Código	Descrição	PAGA 2022	PAGA 2023	PAGA 2024	PAGA(Estim.) 2025	PROJETADO 2026	PROJETADO 2027	PROJETADO 2028
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	25.440.564,82	34.560.172,30	36.072.814,51	41.336.693,74	44.492.363,61	48.046.137,98	51.886.195,63
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.978.771,14	18.600.119,22	18.661.220,04	19.365.627,82	22.782.053,78	24.841.483,40	27.087.377,85
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	13.978.771,14	18.600.119,22	18.661.220,04	19.365.627,82	22.782.053,78	24.841.483,40	27.087.377,85
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
3.1.00.00.00.00.00	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-
3.1.91.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-
3.2.91.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.461.793,68	15.960.053,08	17.411.594,47	21.971.065,92	21.710.309,82	23.204.654,57	24.798.817,78
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	11.461.793,68	15.960.053,08	17.411.594,47	21.971.065,92	21.710.309,82	23.204.654,57	24.798.817,78
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.91.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	9.161.434,23	12.968.293,09	12.642.426,52	3.215.793,24	11.874.208,34	13.035.449,17	14.291.239,04
4.0.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	8.160.678,76	11.548.911,43	11.212.805,23	2.014.615,98	10.314.165,65	11.413.004,77	12.603.896,87
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executivo / Indiretas	8.160.678,76	11.548.911,43	11.212.805,23	2.014.615,98	10.314.165,65	11.413.004,77	12.603.896,87
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
4.4.90.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.4.91.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	Outras Investições Financeiras - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	Outras Investições Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	Outras Investições Financeiras - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	Outras Investições Financeiras - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.91.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	1.000.755,47	1.419.381,66	1.429.621,29	1.201.177,26	1.560.042,69	1.622.444,40	1.687.342,17
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	1.000.755,47	1.419.381,66	1.429.621,29	1.201.177,26	1.560.042,69	1.622.444,40	1.687.342,17
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
4.6.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS		34.601.999,05	47.528.465,39	48.715.241,03	44.552.486,98	56.366.571,95	61.081.587,15	66.177.434,67

Município de São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - do RPPS

Código	Descrição	PAGA					PAGA(Estim)	PROJETADO			PROJETADO	Valores em R\$ 1,00
		2022	2023	2024	2025	2026		2026	2027	2028		
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.728.346,43	1.997.603,71	2.589.306,47	3.006.315,36	3.031.508,01		3.031.508,01	3.302.531,91	3.597.866,34		
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.572.210,19	1.930.660,73	2.471.376,53	2.830.829,11	2.891.666,89		2.891.666,89	3.153.086,74	3.438.154,26		
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Restos a Pagar Pagos	1.572.210,19	1.930.660,73	2.471.376,53	2.830.829,11	2.891.666,89		2.891.666,89	3.153.086,74	3.438.154,26		
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Restos a Pagar Pagos											
3.1.91.00.00.00.00	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTÁRIAS											
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA											
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS											
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar Pagos											
3.2.91.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS											
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	156.136,24	66.942,98	117.929,94	175.486,25	139.821,13		139.821,13	149.445,17	159.712,07		
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	156.136,24	66.942,98	117.929,94	175.486,25	139.821,13		139.821,13	149.445,17	159.712,07		
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos											
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTÁRIAS											
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL											
4.0.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS											
4.0.00.00.00.00.00	Investimentos - Restos a Pagar Pagos											
4.0.00.00.00.00.00	Investimentos - Restos a Pagar Pagos											
4.0.00.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS											
4.0.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS											
4.0.00.00.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - RPPS											
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Restos a Pagar Pagos											
4.5.90.99.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS											
4.5.91.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA											
4.5.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS											
4.5.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos											
4.5.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS											
4.5.91.00.00.00.00	TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS	1.728.346,43	1.997.603,71	2.589.306,47	3.006.315,36	3.031.508,01		3.031.508,01	3.302.531,91	3.597.866,34		

Município de: São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027	2028
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	5,78%	5,80%	4,60%	4,00%	4,00%	4,00%
VARIAÇÃO DO PIB	2,90%	1,20%	2,50%	2,00%	2,00%	2,00%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	0,82%	0,81%	0,82%	0,81%	0,81%	0,81%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	2,79%	2,81%	2,73%	2,78%	2,77%	2,76%
ESFORÇO NA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA	8,06%	8,00%	8,03%	8,03%	8,02%	8,03%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	2,23%	2,36%	2,22%	2,27%	2,28%	2,26%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	4,83%	4,95%	4,64%	4,81%	4,80%	4,75%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL (acima do IPCA)- EXECUTIVO	10,00%	4,62%	4,83%	4,00%	4,00%	4,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL (acima do IPCA) LEGISLATIVO	5,30%	7,03%	6,04%	6,12%	6,40%	6,19%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	9,15%	13,65%	12,50%	10,00%	9,00%	8,75%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	5,39	5,16	5,15	5,20	5,20	5,27
Taxa de Câmbio (Média do Ano)						

1 - Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origens/específicas de receita e/ou grupo de natureza de despesa percentuais referentes ao IPCA, Variação do PIB, Taxa Selic e Taxa de Câmbio foram extraídos do "Relatório Focus" divulgado pelo Banco Central do Brasil (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>)

Município de: São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida

ESPECIFICAÇÃO	2026	2027	2028
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias e recursos do RPPS)	60.900.455,42	64.996.430,72	69.406.199,95
II - DEDUÇÕES			
Deduções da Receita Corrente	6.519.331,77	7.010.416,15	7.536.953,48
Outras deduções	-	-	-
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+III)	54.381.123,65	57.986.014,57	61.869.246,46
(-) Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3110)		-	-
V - Receita Corrente Líquida para Fins de Endividamento	54.381.123,65	57.986.014,57	61.869.246,46
(-) Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3120) e (-) 1.7.1.0.00.00.00 FR 1604		-	-
VI - Receita Corrente Líquida p/Despesas com Pessoal	54.381.123,65	57.986.014,57	61.869.246,46

Município de: São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2026 a 2028

PODER EXECUTIVO				
	2026	2027	2028	
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	29.365.806,77	31.312.447,87	33.409.393,09	
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	27.897.516,43	29.746.825,48	31.738.923,43	
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	26.429.226,09	28.181.203,08	30.068.453,78	
PODER LEGISLATIVO				
	2026	2027	2028	
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	3.262.867,42	3.479.160,87	3.712.154,79	
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	3.099.724,05	3.305.202,83	3.526.547,05	
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	2.936.580,68	3.131.244,79	3.340.939,31	
<p>O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.</p> <p>a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;</p> <p>b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:</p> <p>I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;</p> <p>II - criação de cargo, emprego ou função;</p> <p>III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;</p> <p>IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;</p> <p>V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.</p>				

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total (Exceto Fontes RPPS)	55.263.792,28	53.138.261,81	101,62%	101,60%	58.915.794,98	54.470.964,29	101,60%	101,60%	62.848.740,85	55.872.301,77	101,58%	101,58%
Receitas Primárias (Exceto Fontes RPPS) - I	54.414.711,99	60.660.720,64	100,06%	100,05%	58.015.090,60	53.638.212,47	100,05%	100,05%	61.893.273,65	55.022.894,90	100,04%	100,04%
Receitas Primárias Correntes	53.532.043,35	59.812.000,80	98,44%	98,44%	57.085.310,20	52.778.578,22	98,45%	98,45%	60.913.779,26	54.152.127,96	98,46%	98,46%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.837.908,88	5.613.373,92	10,74%	10,74%	6.558.353,54	6.063.566,51	11,31%	11,31%	7.368.161,54	6.550.268,78	11,91%	11,91%
Transferências Correntes	46.907.392,60	45.103.262,12	86,26%	86,26%	49.705.051,82	45.955.114,48	85,72%	85,72%	52.686.918,85	46.838.479,00	85,16%	85,16%
Demais Receitas Primárias Correntes	786.741,87	756.482,57	1,45%	1,45%	821.904,83	759.897,22	1,42%	1,42%	858.698,87	763.380,17	1,39%	1,39%
Receitas Primárias de Capital	882.668,64	848.719,84	1,62%	1,62%	929.780,41	859.634,25	1,60%	1,60%	979.434,39	870.766,95	1,58%	1,58%
Despesa Total (Exceto Fontes RPPS)	56.366.571,95	54.198.626,88	103,65%	103,65%	61.081.587,15	56.473.360,90	105,34%	105,34%	66.177.434,67	58.831.498,45	106,96%	106,96%
Despesas Primárias (Exceto Fontes RPPS) - II	54.806.529,26	52.698.585,83	100,78%	100,78%	59.459.142,75	54.973.319,85	102,54%	102,54%	64.490.092,50	57.331.457,40	104,24%	104,24%
Despesas Primárias Correntes	44.492.363,61	42.781.118,85	81,82%	81,82%	48.046.137,98	44.421.355,38	82,86%	82,86%	51.886.195,63	46.126.638,98	83,86%	83,86%
Pessoal e Encargos Sociais	22.782.053,78	21.905.820,95	41,89%	41,89%	24.841.483,40	22.967.347,82	42,84%	42,84%	27.087.377,85	24.080.580,27	43,78%	43,78%
Outras Despesas Correntes	21.710.309,82	20.875.297,91	39,92%	39,92%	23.204.654,57	21.454.007,56	40,02%	40,02%	24.798.817,78	22.046.058,71	40,08%	40,08%
Despesas Primárias de Capital	10.314.165,65	9.917.466,98	18,97%	18,97%	11.413.004,77	10.551.964,47	19,68%	19,68%	12.603.896,87	11.204.818,42	20,37%	20,37%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Receita Total (Com Fontes RPPS)	8.680.534,80	8.346.668,08	15,96%	15,96%	9.277.748,13	8.577.799,68	16,00%	16,00%	9.918.872,10	8.817.841,18	16,03%	16,03%
Receitas Primárias (Com Fontes RPPS) - III	4.427.223,51	4.256.946,07	8,14%	8,14%	4.765.835,93	4.406.283,22	8,22%	8,22%	5.132.635,64	4.562.894,39	8,30%	8,30%
Despesa Total (Com Fontes RPPS)	3.031.508,01	2.914.911,55	5,57%	5,57%	3.302.531,91	3.053.376,40	5,70%	5,70%	3.597.866,34	3.198.490,07	5,82%	5,82%
Despesas Primárias (Com Fontes RPPS) - IV	3.031.508,01	2.914.911,55	5,57%	5,57%	3.302.531,91	3.053.376,40	5,70%	5,70%	3.597.866,34	3.198.490,07	5,82%	5,82%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-391.817,27	7.962.134,81	-0,72%	-0,72%	-1.444.052,15	-1.335.107,38	-2,49%	-2,49%	-2.596.818,85	-2.308.562,50	-4,20%	-4,20%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = V + (III - IV)	1.003.898,63	9.304.169,33	1,85%	1,85%	19.251,87	17.799,44	0,03%	0,03%	-1.062.049,54	-944.158,18	-1,72%	-1,72%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	849.080,29	816.423,36	1,56%	1,56%	900.704,38	832.751,83	1,55%	1,55%	291.126,19	258.810,13	0,47%	0,47%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.343.261,25	2.253.135,82	4,31%	4,31%	2.336.574,53	2.160.294,50	4,03%	4,03%	2.307.847,31	2.051.667,86	3,73%	3,73%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-4.370.441,23	-4.202.347,33	-8,04%	-8,04%	-3.558.620,01	-3.290.144,24	-6,14%	-6,14%	-4.562.245,66	-4.055.819,78	-7,37%	-7,37%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-1.387.234,52	-1.333.879,35	-2,55%	-2,55%	-811.821,21	-750.574,35	-1,40%	-1,40%	1.003.625,65	892.219,55	1,62%	1,62%

NOTA 1: A elaboração desse demonstrativo seguiu a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não foram consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo do Resultado Primário acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Primário abaixo da linha.

NOTA 2: Conforme consta na página 83 da 14ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, não se aplica nesse demonstrativo a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.

Nota 3: foi considerada a projeção da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento, ou seja, após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 1º, art. 166-A da CF.

Município de: São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)										R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024		% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024		% PIB	% RCL	Variação	
	(a)				(b)				Valor	%
								(c) = (b-a)	(c/a) x 100	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)										0,00%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)										0,00%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)										0,00%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)										0,00%
Receita Total (COM FONTES RPPS)										0,00%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)										0,00%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)										0,00%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)										0,00%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)										0,00%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)										0,00%
Dívida Pública Consolidada (DC)										0,00%
Dívida Consolidada Líquida - DCL										0,00%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha										0,00%

Valor da Receita Corrente Líquida Prevista para 2024	45.989.006,00
Valor da Receita Corrente Líquida Arrecadada em 2024	45.989.006,00

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2024), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Município de: São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2026

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 100

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										%
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	43.912.138,03	54.826.469,94	24,85%	55.180.582,88	0,65%	59.057.204,91	7,03%	63.233.907,03	7,07%	62.848.740,85	-0,61%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	43.952.138,03	54.826.469,94	24,73%	53.329.497,40	-2,73%	57.093.573,42	7,06%	61.150.886,75	7,11%	61.893.273,65	1,21%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	43.952.138,03	50.253.126,18	14,34%	51.944.183,62	3,37%	56.366.579,26	8,51%	61.138.410,85	8,47%	66.177.434,67	8,24%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	43.952.138,03	50.253.126,18	14,34%	50.559.583,23	0,61%	54.806.529,26	8,40%	59.640.827,05	8,82%	64.490.092,50	8,13%
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.363.321,41	2.422.756,20	2,51%	2.390.174,62	-1,34%	2.392.084,08	0,08%	2.401.671,63	0,40%	2.307.847,31	-3,91%
Dívida Consolidada Líquida - DCL	-6.805.904,87	-2.462.345,19	-63,82%	-6.198.351,02	151,73%	-5.155.533,69	-16,82%	-4.605.409,97	-10,67%	-4.562.245,66	-0,94%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	16.132.707,86	9.268.250,06	-42,55%	3.736.005,43	-59,69%	-1.387.234,52	-137,13%	-811.821,21	-41,48%	-649.546,96	-19,99%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										%
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	48.596.157,97	57.348.487,56	18,01%	55.180.582,88	-3,78%	53.138.261,81	-3,70%	54.470.964,29	2,51%	55.872.301,77	2,57%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	48.640.424,69	57.348.487,56	17,90%	53.329.497,40	-7,01%	60.660.720,64	13,75%	61.893.273,65	2,03%	55.022.894,90	-11,10%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	48.640.424,69	52.564.769,98	8,07%	51.944.183,62	-1,18%	54.198.626,88	4,34%	56.473.360,90	4,20%	58.831.498,45	4,18%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	48.640.424,69	52.564.769,98	8,07%	50.559.583,23	-3,81%	52.698.585,83	4,23%	54.973.319,85	4,32%	57.331.457,40	4,29%
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.615.412,18	2.534.202,99	-3,11%	2.390.174,62	-5,68%	2.253.135,82	-5,73%	2.160.294,50	-4,12%	2.051.667,86	-5,03%
Dívida Consolidada Líquida - DCL	-7.531.877,13	-2.575.613,07	-65,80%	-6.198.351,02	140,66%	-4.202.347,33	-32,20%	-3.290.144,24	-21,71%	-4.855.819,78	-23,27%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	17.853.551,54	9.694.589,56	-45,70%	3.736.005,43	-61,46%	-1.333.879,35	-135,70%	-750.574,35	-43,73%	-600.459,48	-20,00%

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2026), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2023, 2024 e 2025), bem como para os dois seguintes (2027 e 2028), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2023, 2024 e 2025 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO. E no que tange às previsões para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de: São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024	2023	2022
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2022			
RECEITAS DE CAPITAL	684.323,12	417.166,80	1.177.659,95
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	684.323,12	417.166,80	1.177.659,95
Alienação de Bens Móveis	684.323,12	417.166,80	1.177.659,95
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens			
TOTAL	684.323,12	417.166,80	1.177.659,95

DESPESAS EXECUTADAS	2024	2023	2022
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	562.736,10	415.430,34	1.169.935,45
Investimentos	562.736,10	415.430,34	1.169.935,45
Inversões Financeiras	562.736,10		
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	562.736,10	415.430,34	1.169.935,45
SALDO FINANCEIRO	131.047,98	9.460,96	7.724,50

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2022, 2023 e 2024).

A despesas executadas compreendem as despesas liquidadas somadas às despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, por conta dos recursos de alienação de ativos.

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de: São José dos Ausentes
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO		DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	
PLANO PREVIDENCIÁRIO		2024	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (I)	R\$		7.164.265,56
Receita de Contribuições dos Segurados	R\$		1.025.114,97
Civil	R\$		1.025.114,97
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	R\$		2.338.348,44
Civil	R\$		2.338.348,44
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	R\$		3.344.170,29
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	R\$		3.344.170,29
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	R\$		456.631,86
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	R\$		7.164.265,56
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		2024	
Benefícios - Civil	R\$		2.471.376,53
Aposentadorias	R\$		2.001.341,29
Pensões	R\$		470.035,24
Outros Benefícios Previdenciários	R\$		58.409,43
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	R\$		58.409,43
Demais Despesas Previdenciárias	R\$		2.529.785,96
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	R\$		2.529.785,96
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	R\$		4.634.479,60
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		2024	
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		2024	
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS		2024	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS		2024	
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$		23.256.844,51
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	PLANO PREVIDENCIÁRIO		Resultado Previdenciário
	Despesas Previdenciárias		
	(a)	(b)	
2025	R\$	2.558.452,67 R\$	(c) = (a-b)
2026	R\$	2.504.611,30 R\$	866.889,72
2027	R\$	2.667.562,50 R\$	752.626,40
2028	R\$	2.635.619,68 R\$	394.084,75
2029	R\$	2.647.847,87 R\$	(283.718,72)
2030	R\$	2.570.056,78 R\$	(439.261,89)
2031	R\$	2.490.918,12 R\$	(472.377,40)
2032	R\$	2.481.860,76 R\$	(495.137,91)
2033	R\$	2.618.190,02 R\$	(612.635,23)
			(885.750,39)

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MTP 1.467/2022 o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atualmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2022, 2023 e 2024; e
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2024.

Município de: São José dos Ausentes
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R\$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
IPTU	ISENÇÃO	CÓDIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL TITULO VIII CAPITULO 1 ART 105 ART 105	113.595,30	119.275,06	125.238,81	Vide Obsevação
TLL	ISENÇÃO	LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014 ART 4º	26.400,00	27.720,00	29.106,00	
TOTAL			139.995,30	146.995,06	154.344,81	-
				-	-	

Nota 1: Os valores da renúncia para 2026 foram previstos de acordo com informações da Administração Tributária do Poder Executivo.
 2 - Os valores da renúncia projetados para 2027 e 2028, foram calculados a partir dos valores de 2026 aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2027:	4,00%
Inflação para 2028:	4,00%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os valores que serão objeto de renúncia fiscal de receita nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que visa, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de Iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelecem o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de: São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2026
Aumento Permanente da Receita	2.585.342,70
Decorrente de Receitas Tributárias	1.199.198,65
Decorrente de Transferências Correntes	1.386.144,05
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	103.211,75
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.688.554,45
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.688.554,45
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	457.062,80
Novas DOCC	1.649.374,25
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	2.106.437,04
Relativas a Outras Despesas Correntes	-
Novas DOCC geradas por PPP	2.231.491,65
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2026 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2025-2026.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2026, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2025-2026 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. Quando for positivo é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.